

Portugal - China: Padrões de um Relacionamento Multissecular

Prof. Doutor
Luís Flípe Barreto



I.

Portugal, com quase 900 anos de existência, é um dos mais antigos Estados (dinástico e nação) da Europa e do Mundo. A China, com mais de 5.000 anos de vida, é uma civilização axial e o mais antigo Estado-Civilização, da Ásia e do Mundo, hoje existente.

A China é um imenso espaço com uma superfície de 9.598.050 km², a maior potência demográfica mundial com os seus cerca de um bilião e 400 milhões de habitantes e a segunda maior economia mundial com um crescimento económico anual do volume do PIB, no século XXI, rondando os 10%. Portugal, situado no Extremo Ocidente da Europa, é um espaço litoral com uma superfície de 91.980 km², com uma população próxima dos 10 milhões e com um PIB anual, no século XXI, em média, sem crescimento.

A China é a milenar civilização, cultura, economia e sociedade hegemónicas da Ásia Oriental e de vincada presença no Naniang/Mares do Sul-Ásia do Sueste. Portugal é o rosto com que a Europa olha o mundo, em especial, no último meio milénio. Fronteira peninsular da Europa com a África do Norte que, através da diáspora marítima, se fez mensageiro cultural e económico por excelência da civilização europeia no resto do Mundo e, muitas vezes, do resto do Mundo na Europa.

II.

A China e Portugal ocupam os extremos continentais da Eurásia, mas possuem as mais antigas, contínuas e regulares relações entre europeus e asiáticos orientais. Em 1509, em Malaca, nos mares e península do Sul da Ásia do Sueste, começaram as relações

entre portugueses e chineses. Então, relações marítimas e mercantis em busca de mútua confiança e interesse. Em 1513, este processo de parceria deu mais um passo com a entrada de portugueses no comércio marítimo internacional chinês da pimenta malaia, em troca de porcelanas e sedas de Cantão. Jorge Álvares, feitor e escrivão de um junco com pimenta, carregado a meias entre a fazenda real portuguesa e o rico mercador Tamul Nina Chatu, com mais dois portugueses (de que desconhecemos os nomes), acompanha, de Malaca às ilhas de Cantão/Guangdong, a frota de quatro juncos do privado mercador cantonense Xu Lada (a quem os portugueses chamam Cheilata e Chulata, e que conhecem desde 1509). Estes três portugueses (dois anónimos e Jorge Álvares) são os primeiros nacionais na China insular, na ilha de Lintin/Tamão.

Em 1517, o processo regular e contínuo das relações luso-chinesas ganha consistência diplomática com a chegada à cidade de Cantão (e, em 1520, à capital, em Beijing) da primeira embaixada (chefiada pelo boticário e geógrafo Tomé Pires) duma potência europeia, do estado dinástico Portugal, à China Imperial Ming. Embaixada, procura de relações diplomáticas oficiais, recusada, pelo desenquadramento de Portugal ao sistema das relações tributárias internacionais da China.

Nos anos de 1555-1557, em Haojing/Macau, na boca de Cantão, começa a nascer a fronteira marítimo-mercantil comum do consórcio de interesses luso-chineses. Começa a tomar forma uma micro região litoral-insular chinesa com macro funções de rede económica e cultural global, um espaço chinês com incorporação portuguesa planetária.

Macau é, desde os séculos XVI e XVII, um articulador chave da sinoesfera, dos mundos de impacto e de influência chinesas da Ásia Oriental até ao Índico, do Pacífico Asiático e Americano até ao Atlântico. O mobiliário, as sedas e porcelanas que fazem o aparato das cortes africanas da Guiné e do Congo, as sedas que vestem no Brasil os meninos índios dos coros jesuítas, as porcelanas das oligarquias do Rio de Janeiro e Buenos Aires, são cultura material chinesa escoada de Macau para os litorais do Atlântico Africano e Americano. A rede e a função de Macau, a sua plataforma de serviços, tornou-se placa central das relações luso-chinesas de mais de meio milénio. A cidade portuária e as suas gentes são um articulador chave, um multiplicador de relacionamentos económicos, culturais e políticos que mundializam o consórcio Portugal-China.

III.

Os anos de 2009 a 2055-2057 marcam o primeiro meio milénio de relacionamento Portugal-China. Numa altura em que se reforçam laços económicos entre a China e Portugal, que cresce a cooperação política entre ambos os Estados, que se multiplicam projectos comuns a grupos e instituições das duas sociedades, é também tempo para o reforço das relações interculturais, para o firmar de projectos comuns de investigação

e de ensino nas mais diversas áreas das ciências, tecnologias, línguas e culturas. A investigação e a respectiva teoria e história deste relacionamento multissecular está, no essencial, por fazer. Por fazer está também o potenciar programático para o futuro desta realidade presente da mais longa duração. Contudo, é desde já possível traçar de forma breve algumas das constantes e padrões chave deste relacionamento:

a) As relações luso-chinesas, para além da dimensão bilateral, são, na sua essência, origem e processo sempre multilaterais. Implicam, desde 1509-1555, outros asiáticos, como indianos, malaios, japoneses, outros europeus, como italianos e espanhóis, bem como africanos. Implicam também portugueses de Portugal, mas também portugueses miscigenados e aculturados pela Ásia, pelos trópicos e monções.

O quadro de relacionamento bilateral-multilateral faz do parceiro português um multiplicador de correlações, um intermediário de produtos, circuitos, informação, saberes e técnicas dos mais diversos espaços para as restantes Ásia, Europa, África e América. O factor português corporizado na função Macau é um acelerador de valor acrescentado para a penetração em diferentes mercados e oportunidades, culturas e sociedades. A China dá a escala e Portugal contribui decisivamente para a correlação.

b) As relações luso-chinesas são essencialmente de natureza cultural e económica. Por entre portos e palácios, mercados e templos, bibliotecas e museus, circulam as redes de relações interculturais entre portugueses e chineses. A ideia da China como “Modelo” que gradativamente se estabelece em numerosos círculos de elite, de opinião e decisão, da Europa dos humanistas aos iluministas assenta, em muito do essencial, no consórcio luso-chinês com sede em Macau. Os livros, porcelanas, sedas, pintura, papel e mobiliário chineses que preenchem a primeira imagem europeia global da civilização chinesa são produtos das culturas material e intelectual que circulam sobretudo nos barcos e rotas que ligam Macau ao Índico, Atlântico e Pacífico, nos séculos XVI e XVII.

Também os livros, as técnicas e as artes da Europa bem como as transferências de plantas da América que começam a circular pela China encontram em Macau o núcleo forte de disseminação, o primeiro laboratório aberto e prático de acomodação e incorporação que fornece pistas ao teste de aceitação ou rejeição.

c) As relações económicas luso-chinesas assentam, desde os séculos XVI e XVII, nos sectores comercial e financeiro, onde o pólo da produção e do investimento reside maioritariamente do lado chinês e o pólo da correlação e da maior atracção de mercados e produtos internacionais é tendencialmente dos portugueses. Parceria sino-portuguesa de riscos e de lucros com vista a uma justa divisão dos ganhos. Parcerias comerciais e financeiras de escala internacional bem mais multilateral do que bilateral.

d) As relações económicas luso-chinesas são uma criação de privados, de grupos

empresariais (muitas vezes mais informais que formais) que se estabelecem e consolidam com base, na maioria dos casos, na confiança pessoal - relacionamento interpessoal directo ou de anterior experiência directa transmitida, porque consensualmente aceite e proveitosa.

Os grupos de parceria, devido à sua base de convergência ser mais ou tanto informal quanto formal, possuem um alto dinamismo de renovação. Em cada geração, estes núcleos de parceria, tanto económica como cultural, acabam por fazer rumo e sentido a partir de um reduzido corpo individual de comando prático e doutrinário. No entanto, o peso do sucesso mede-se na quantidade e na qualidade demográficas que, directa ou indirectamente, são convocados e aderem aos serviços e horizontes fornecidos pela parceria luso-chinesa. A dinâmica da renovação, continuidade adaptada às novas oportunidades e desafios, alarga, passo a passo, as afinidades e convergências fazendo do bilateral um multilateral em aberto.

e) As parcerias comerciais e financeiras luso-chinesas são feitas envolvendo não só portugueses e chineses de Portugal e da China como portugueses e chineses chamados ultramarinos, instalados e inseridos nas vidas económica, política, cultural, fora, respectivamente, de Portugal e da China. Comunidades portuguesas e chinesas do Índico, do Atlântico Europeu, Africano e Americano, da Ásia do Sueste (Naniang) e do Pacífico Americano, enraizadas nos mais diversos espaços nacionais-internacionais, mas que preservam uma forte ligação e lógica de interesses comerciais e financeiros com as terras natais.

f) Nas relações interculturais e económicas luso-chinesas, Macau tem sido, entre os séculos XVI e XXI, o dinamismo por excelência, a plataforma onde se cruzam os interesses e as parcerias de maior lucro comum, mas também onde, por vezes, germinam os maiores obstáculos ao desenvolvimento dessas relações. Obstáculos criados por minoritários grupos chineses ou macaenses, ou portugueses, que apostam em práticas desequilibradas ou na concorrência, insatisfeitos pela não inclusão, pela parte que ganham, mas consideram insuficiente ou tão só pelo desejo de monopolizar o relacionamento no seu próprio e único proveito.

O saldo de Macau/RAEM¹ como núcleo e dinamismo das relações luso-chinesas é, no entanto, largamente maioritário, superando, na mais longa duração, estes obstáculos de conjuntura. Macau é uma fronteira múltipla e ambivalente aberta à escala global das culturas, economias e sociedades. É um serviço portuário e financeiro informal, sobretudo das províncias do litoral sul da China e muito em especial de Guangzhou e do Fujian. É uma zona franca da Ásia Oriental-Ásia do Sueste com placa de serviços Europa-Ásia, nos planos intercultural, mercantil e financeiro, dominada por parcerias essencialmente sino-portugueses, mas aberta a outros sócios asiáticos, europeus e, cada vez mais, também americanos e africanos.

g) Embora maioritariamente privadas e de associação maleável, as relações interculturais e económicas entre portugueses e chineses, não só não excluem como servem até para promover as relações políticas Portugal-China, as relações oficiais

entre os dois poderes centrais (Lisboa/Beijing) e entre poderes oficiais regionais e locais. Desde os séculos XVI e XVII, que o consórcio em termos práticos sediado em Macau tem servido interesses e calendários estratégicos a Beijing e Lisboa, tanto no plano bilateral como no palco das relações internacionais.

Os Estados centrais de Portugal e da China tendem a criar ou melhorar as condições de acolhimento e desenvolvimento das possibilidades e necessidades das parcerias económicas e interculturais. No entanto, na mais longa duração, as tentativas havidas de intervenção mais directa, de intervenção política não apoiada aos grupos de ligação já existentes ou de presença hegemónica do elemento político frente aos elementos estruturais do económico e do intercultural, acabam sempre por produzir impasses económicos e culturais e conseqüente arrefecimento das próprias relações políticas. Economia e intercultural com algum apoio e retaguarda políticas centrais, mais do que formais tratados e políticas oficiais de economia ou cultura, tem sido a constante com melhores resultados.

As relações interculturais, financeiras e comerciais são a casa do ser e do sentido entre portugueses e chineses. A morada permanente e frutuosa dessa casa de sentido é Macau/RAEM, o micro-espço que cria e potencia as macro redes de globalização económica e cultural. As relações políticas são um complemento necessário e fundamental que trazem segurança à morada e à casa. O mais de meio milénio de relacionamento Portugal-China faz-se, bem mais, de gentes (práticas e eruditas), de regiões (mais litorais do que continentais), bem mais de rede de grupos e famílias, comunidades locais e abertas parcerias internacionais, do que de Estados centrais e de Tratados formais, instituições oficiais e nacionais.

IV.

O acumulado tempo da mais longa duração é a grande ponte para a cooperação presente e futura das culturas, economias e sociedades portuguesas e chinesas. Os mais de 500 anos decorridos são a mais-valia na relação intercultural, económica e política entre estes dois espaços e escalas tão diferentes, tão aparentemente muito distantes e com séculos de proximidade, afinidade e mútuo benefício. Espaços e gentes que, ao tocarem-se e trocarem-se, se disseminam pelos mundos do mundo. A constante predominante, do mútuo benefício na tolerância recíproca, para ter a existência e a lucratividade partilhadas que tem tido ao longo de séculos pressupõe duas condições básicas temporoespaciais. Distância física suficiente (Portugal e a China implicam o máximo distanciamento físico espacial na Eurásia) e relativa igualdade no relacionamento. Igualdade de ocasião alcançada na micro plataforma Macau que esbate hierarquias, diferenças e desigualdades originárias, de escala e de civilização, num consórcio de acção de portugueses e chineses aberto a japoneses e indianos, espanhóis e italianos, etc.. Macau é ponto de metamorfose que aproxima o distante e sincretiza o diferente.

O mais de meio milénio de relacionamento luso-chinês criou toda uma mútua herança e património que, devido à extensão e duração, está, no entanto, nestes inícios do século XXI, em larga medida, por inventariar, investigar, aproveitar, potenciar. Mil e um tesouros manuscritos e inéditos ou esquecidos e abandonados (desde dicionários e traduções, a mútuas influências arquitectónicas gastronómicas e populares), formam a vida e experiência comuns dalguns portugueses e chineses ao longo de múltiplas gerações.

Hoje, num tempo e mundo cada vez mais globalizados, Portugal e a China enfrentam o desafio de um futuro em parte comum. Vias em afinidade executadas, em muito, a partir das redes de Macau e das metamorfoses em outros espaços da função Macau. Enfrentam também o desafio de resgatar ao esquecimento toda uma herança partilhada nas línguas e nas artes, nas ciências e nas culturas. Uma herança de impacto planetário começada a nascer nos anos de 1509, 1513, 1517, 1555-1557.

O presente, fazendo futuro, é sempre uma fina camada de possibilidades e de necessidades à superfície de múltiplos e estratificados passados, próximos e distantes. Existe em todo e qualquer presente um horizonte provável de possíveis e de impossíveis, uma lógica de probabilidades herdada, conservada, alterada, a partir das camadas acumuladas do passado. O futuro é o jogo pragmático de probabilidades e de incertezas, feito do encontro da superfície presente com as camadas invisíveis, mas integradas de passado.

O futuro, em parte comum, de Portugal e da China, assenta em fértil e seguro terreno construído por chineses e portugueses, ao longo de mais de meio milénio. Esse futuro parte de bases passadas e presentes, estáveis e mutuamente proveitosas. Não é um futuro assente em areias movediças de recentes decénios de cooperação ainda em busca de estáveis fórmulas de partilha de riscos e de lucros. Não é também um futuro assente em solo mais ou tanto infértil, que fértil de obstáculos e conflitos, guerra e tratados desiguais, como acontece nas relações da China com outros Estados-Nação Ocidentais, fruto da grande divergência da industrialização do século XIX e da primeira metade do século passado.

O futuro das relações interculturais, económicas e políticas entre Portugal e a China pode também ser relevante para os desafios no mundo que cada um tem pela frente, neste século XXI. Até meados deste século, Portugal tem de vencer o desafio da sobrevivência como Estado-Nação e a China tem de vencer o desafio da existência como Estado-Civilização. Portugal tem de encontrar formas de viabilidade, de independência em interdependência, frente à União Imperial Continental Europeia e frente ao islão Mediterrânico e a China tem de encontrar formas de continuidade da unidade plural de Estado-Civilização que assegurem o seu lugar chave na hierarquia mundial das economias, sociedades e culturas.

Os desafios, internos e externos, nacionais e globais, a enfrentar por Portugal e a China aconselham ambos os Povos, Culturas e Estados a tentar reforçar, cada vez mais, o relacionamento intercultural e económico de mútuo interesse e benefício. A tornar cada

vez mais fértil, o fértil terreno comum construído desde o século XVI.

[1](#)^o Região Administrativa Especial de Macau.